

025ª Audiência Pública 19AGO2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às 19h, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.

...19/08/25 Extremo Sul CTG Lanceiros Zona Sul – R. Olávio José de Souza nº 469...

Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**,
Presidente.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): (19h05min) Pessoal, boa noite a todos, ante de iniciar, eu gostaria de agradecer a presença de toda a equipe da Câmara de Vereadores que veio apoiar essa atividade. Então, a Juliana, do Cerimonial; a Rita, da Taquigrafia; o Sandro, da Diretoria Legislativa; o Diego, também da Diretoria Legislativa e responsável pelas inscrições; o Andrei e o Guilherme, da TVCâmara; o Alano e o Renato, da Sonorização; o Ditonel, o Vargas e o Sidnei, da Guarda; o Rodrigo, do SAC; o Lucas, da copa; e o Florisnei, motorista. Agradeço a presença de todo o pessoal da Câmara, toda essa estrutura que se deslocou aqui para a gente realizar esta audiência pública. Também, antes de iniciar, gostaria de anunciar aqui, nos pediram, um seminário sobre MEI, que vai ser realizado na Escola Fundamental de Ensino Fundamental Chapéu do Sol, na Rua Gomercindo de Oliveira, nº 115, aqui no bairro Chapéu do Sol, no dia 23 de agosto, das 14h às 17h. O público-alvo: empreendedores locais, trabalhadores

autônomos, informais e interessados em abrir seu próprio negócio. Então, nos pediram para anunciar esse seminário.

Vou pedir para o pessoal ocupar os seus locais para a gente dar início à 013ª Audiência Pública sobre a concessão parcial do DMAE. Também registro a presença do Vadacir, chefe da Equipe de Segurança da Câmara de Vereadores. Vou anunciar a presença da Mesa: Ver. Coronel Ustra, presidindo esta audiência, representando a nossa Comandante Nádia, Presidente da Câmara de Vereadores. Pelo governo, meu amigo Gelson Guarda, secretário adjunto da Secretaria-Geral de Governo. Obrigado. Sr. Matheus Neres da Rocha, diretor de Inovação e Parcerias do DMAE. Obrigado. Pelo Simpa, Sr. Edson Zomar. Obrigado, Edson. E o Sr. Adriano Reinheimer, do Cores-DMAE. Obrigado pela presença. E, principalmente, agradecer a presença da comunidade, dos moradores aqui do Extremo-Sul que irão participar desta audiência pública.

Nós gostaríamos de agradecer muito à patronagem do CTG Lanceiros da Zona Sul, que é o Sr. Airton de Oliveira. Muito obrigado ao CTG Lanceiros da Zona Sul por disponibilizar esta estrutura para a realização desta audiência pública na noite de hoje.

Também anunciar aqui que o CTG, ali a retaguarda: nós temos ali o nosso bolicho, a nossa cantina, que está vendendo refrigerante, pastel, enfim. O pessoal pediu para avisar que o CTG está disponibilizando para consumo durante a reunião. Agradecer também ao Sr. Carlos Farias, que é o subprefeito aqui do Extremo-Sul. É isso? Onde está o nosso subprefeito? Obrigado. Como vai desenrolar a nossa atividade: nós vamos abrir a palavra primeiro para os representantes do governo, com tempo de 10 minutos, dividido entre o Gelson e o Matheus. Depois, 10 minutos para o Simpa. Já abrimos, desde já, as inscrições aqui com o Diego – Diego, levanta o braço para o pessoal te ver. São 10 inscrições: 5 favoráveis à concessão e 5 contra. Cada um terá um tempo de 5 minutos para fazer aqui a sua intervenção.

Lembrando que, sempre que vier aqui à frente, tem que vir com o microfone, falar o nome bem claro, para que a Rita possa anotar nas notas taquigráficas e a TVCâmara possa registrar a fala de quem se inscrever aqui. Se tivermos

vereadores, cada um terá 5 minutos. Ao final, eu vou dar mais um tempo aqui de 10 minutos para o Simpa e 10 minutos para o governo, para a gente fazer um encerramento. Está certo? Então, é dessa forma que vai se desenrolar as atividades nesta noite.

Passo agora a palavra para a intervenção inicial da equipe aqui do governo, entre o Matheus e o secretário Gelson, para a intervenção deles de 10 minutos.

SR. GELSON GUARDA: Para mim, é um prazer estar novamente aqui no Extremo-Sul e agradecer ao Presidente Coronel Ustra, ao Adriano, ao Edson, ao Matheus aqui do DMAE, ao nosso querido subprefeito Carlos, mas principalmente ao Airton aqui do CTG Lanceiros da Zona Sul. Em nome do prefeito Sebastião Melo, que manda um abraço, tem um carinho especial aqui pelo Extremo-Sul, quero dizer que, neste momento que nós vamos passar aqui, nós temos que tirar as dúvidas com relação ao projeto. Projeto que nós encaramos que é de extrema necessidade para a comunidade e, principalmente, para aqueles que mais sofrem com o problema do esgoto.

Passo, então, direto para o Matheus, para nós iniciarmos com rapidez e podermos ir para casa descansar. Grande abraço a todos.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário Gelson. Desejo uma boa noite a todos. Meus cumprimentos ao Ver. Coronel Ustra, que hoje preside os trabalhos desta audiência pública. Em seu nome, estendo meus cumprimentos a todos os membros do Legislativo e aos servidores da Câmara, que hoje aqui nos auxiliam na realização das atividades. Estendo também meus cumprimentos aos representantes do Simpa, ao Edson e ao Adriano e, obviamente, renovo aqui meus cumprimentos ao secretário Gelson.

Bom, pessoal, vou me deslocar rapidamente aqui para poder acompanhar, em conjunto com todos, um pouco da apresentação.

(Procede-se à apresentação.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: O que trazemos aqui hoje é um pouco das exposições, os motivos, o contexto e o teor também desse projeto de lei, que é o objeto desta nossa audiência pública. O tema principal, como já adiantado, é a concessão parcial dos serviços de saneamento do Município. E onde se insere essa concessão? Do que estamos tratando e por quê? Bom, tudo se insere, como ponto de partida, a uma lei federal que traz uma obrigação a todos os municípios do Brasil, da federação, dos municípios e estados, que sejam atingidas algumas metas com relação aos serviços de esgotamento sanitário, de abastecimento de água potável e outras metas intermediárias que dizem respeito, então, a 99% da população atendida com água potável e, no mínimo, 90% da população atendida com esgotamento sanitário. Até quando? Até 2033. Pois bem, esse é o chamado Novo Marco Legal do Saneamento. Mas, além disso, além dessas metas quantitativas e grandes números, que a gente fica falando: “Olha, no mínimo, 90% da população”, a gente também tem metas que devem ser atendidas de, por exemplo, não intermitência no fornecimento da água, redução de perdas, algumas metas intermediárias que são fiscalizadas por uma agência reguladora.

E o que acontece caso os municípios, os entes federativos, não consigam alcançar essas metas? Olha, o que acontece é que, frustradas as metas intermediárias ou totais, pode haver uma restrição de acesso a recursos públicos federais, tanto em termos de financiamento quanto em termos de repasse. E qual é o contexto que nós temos hoje, em Porto Alegre, quanto a esses grandes números? Bom, nós temos um percentual de abastecimento de água potável, em termos brutos, bastante significativo, 99%, mas temos ainda um patamar bastante aquém da nossa meta, de pouco menos de 53% dos domicílios urbanos ocupados atendidos com esgotamento sanitário adequado, conforme a norma. Pois bem, quando a gente olhava lá em 2015, projetando, quando da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, já se previam, obviamente, os desafios que precisariam ser encarados durante toda essa década, e aqui estamos, em ano em que precisa ser revisado o Plano Municipal de Saneamento Básico, e naquele momento já se verificavam grandes desafios de investimento,

tanto em água quanto em esgotamento sanitário, sem falar em drenagem, como é de conhecimento de todos. Mas focado aqui especialmente no esgoto, que talvez seja um grande desafio de ampliação de atendimento, a gente já entendia esse desafio na casa de R\$ 3 bilhões. Por sua vez, quando a gente olha para a capacidade de investimento que o Município teve, por sua conta mesmo, contraindo também, captando recursos com terceiros, esses investimentos em esgoto, ou melhor, em todas as áreas, em todos os eixos do saneamento, ele foi não superior a R\$ 100 milhões ao ano, e quando a gente junta esses dois dados e vê o tamanho do desafio que já era previsto, estimado, e que hoje é conhecido por todos nós. Na realidade, a gente vê que a gente tem um desafio que, dada a capacidade de investimento, demandaria muitos anos, muitos anos para que esses investimentos, essas melhorias, essa ampliação do serviço pudesse chegar a toda a população, na ordem de 30 anos.

E é aí, é nesse âmbito, desse diagnóstico, constatado o desafio que se tem de muitos investimentos em pouco tempo, a necessidade de antecipar a ampliação de serviços, que muitos entes federativos têm lançado mão de uma forma de contratação pública que permite contratar grandes investimentos num contrato de longo prazo a ser remunerado durante todo esse período. E é nesse âmbito que nós temos a concessão de serviços, é isso que é a concessão de serviços, é a contratação de obras e serviços por um longo prazo.

Importante dissociarmos que a concessão, ela é, sim, diferente da privatização. Ela produz consequências e efeitos bastante diferentes e se trata, então, por consequência, de institutos completamente diferentes. Na concessão que a gente tem, então, é a contratação de obras e serviços por um tempo determinado, enquanto na privatização o que a gente tem é a transferência, a alienação, a venda de um ativo, de uma propriedade de uma empresa em caráter definitivo, é a transferência definitiva dessa propriedade. Algo bastante diferente do que nós temos na concessão, em que a propriedade permanece com o Município, ela permanece com o DMAE, e os investimentos realizados na constância desse contrato, eles revertem, eles permanecem com o Município, com o DMAE, ao final desse contrato. E algo bastante importante de a gente

entender é a capacidade de ingerência, de fiscalização, que permanece com o Município, a titularidade que permanece com o Município quando na concessão, diferentemente do que acontece na privatização, ou seja, na concessão, quando mal-executado o contrato, quando inadequadamente executado ou não executado, o município tem a capacidade de reaver esse serviço e passá-lo a prestá-lo novamente, de forma direta.

Então, a nossa concessão de serviços, a concessão de serviços que se propõe aqui no Município de Porto Alegre, na delegação parcial, transferência parcial do serviço de saneamento, ela diz respeito somente ao serviço de esgotamento sanitário e de distribuição de água. Então permaneceriam com o DMAE, prestados pelo DMAE, toda a parte de captação de água, toda a parte de tratamento de água e toda a parte de drenagem. Da mesma forma, o que a gente procura com isso é que possam ser antecipados esses investimentos na monta daquilo que a gente viu, os desafios enormes, na casa de R\$ 3 bilhões, e que precisam sim chegar uniformemente a toda a população. Pode passar, por favor. Mas do que se trata, então, qual é o teor do projeto de lei? Entendemos um pouco do contexto, diagnóstico, onde chegamos, e o que diz o projeto de lei?

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Um minuto.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Bom, para concluir, então, deixar o entendimento aqui de que o projeto de lei, na verdade, ele trata de acrescentar ao âmbito normativo o que não está autorizado, ou melhor, o que não está previsto na lei federal. Porque a Lei Federal nº 9.074 já autoriza a concessão de serviço de saneamento básico. Mas o projeto de lei, ele vem para, além disso, de, por exemplo, vedar a concessão da captação e do tratamento de água, para vincular eventuais recursos recebidos no âmbito da concessão com a realização de melhorias no manejo de águas pluviais, na drenagem urbana, e também nos serviços da própria captação e tratamento de água. Eram essas as considerações, e a gente fica à disposição, é claro, para trazer os esclarecimentos que todos têm.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Matheus. Antes de passar a palavra ao Simpa, gostaria de anunciar a presença do deputado estadual Miguel Rossetto e do Ver. Giovani Culau e Coletivo. O deputado e o vereador também podem fazer uso da palavra por cinco minutos, se assim o desejarem. *OK?* Vamos passar a palavra agora para a representação do Simpa, com o Sr. Adriano, por dez minutos.

SR. ADRIANO REINHEIMER: Boa noite, vereador, cumprimentando-o, cumprimento a Mesa toda. Bom, vamos apresentar então o nosso contraponto à proposta do governo, de concessão. Eu sou Adriano Reinheimer, sou engenheiro civil do DMAE, sou representante do conselho de representantes do DMAE. O que nós vamos apresentar é a nossa importância e divisão de que o saneamento tem que ter gestão estatal e pública.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ADRIANO REINHEIMER: Entendemos que a proposta de concessão é uma decisão política da gestão. O DMAE tem uma capacidade comprovada: 100% de abastecimento de água, 91% de coleta de esgoto, 78% de tratamento de esgoto. A lei do saneamento de 2007, o novo marco legal, continua considerando válida a solução individual. Então, nas áreas isoladas, como nós temos aqui no Extremo-Sul, a solução individual continua sendo uma solução válida e ambientalmente correta. Então, por isso que nós consideramos o nosso percentual de 78%, que tem uma certa divergência com os números que são apresentados pelo governo. Nós entendemos que uma concessão de 35 anos coloca um risco financeiro de rescindir o contrato, porque, por um lado, nos primeiros anos, os servidores públicos que têm a expertise do saneamento básico, eles não mais a terão, e uma concessão de 35 anos, provavelmente, como a gente tem comentado, os gestores municipais, os tomadores de decisão, a grande maioria deles, daqui a 35 anos, eles estarão mortos, não

acompanharão os resultados. Então, por isso que nós temos a incerteza também em relação aos investimentos.

Nós temos a realidade hoje das concessões, e principalmente depois de um novo marco legal, experiências no Brasil e no mundo. Nós temos Uruguiana, que foi concedida, os números de tratamento de esgoto não são nada bons. Nós temos Manaus, que foi privatizada há 25 anos e continua dentro do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – Sinisa, como um dos piores índices. Nós temos também outros exemplos no Brasil. E a experiência mundial, hoje, é pela reestatização dos serviços de interesse local. Não é só abastecimento de água, tratamento de esgoto, mas todos os serviços que envolvem os municípios, eles estão sendo remunicipalizados no mundo todo. São mais de 1.400 cidades no mundo. Temos Berlim, Paris, Buenos Aires e outros exemplos, e alguns exemplos nos Estados Unidos também, como Atlanta e outras cidades.

Nós temos uma realidade aqui que todo mundo pode acompanhar, que, apesar de serem empresas concedidas, a Equatorial, quando se beneficia, continua sendo chamada de CEEE; a Aegea também, de Corsan. Quando é para fazer algumas ações de *marketing*, daí entra a Aegea, para financiar alguns eventos, e quando são críticas, daí realmente utiliza o nome da Corsan, como aconteceu no verão passado, de várias cidades gaúchas que nunca enfrentaram problemas de abastecimento de água, tiveram problemas de falta d'água.

O que nós temos também é uma realidade hoje do departamento, a terceirização e acesso, o número de servidores do DMAE hoje é muito aquém da sua necessidade. E nós temos outros serviços que refletem bem a própria questão dos resíduos, que é uma das modalidades do saneamento básico, porque não é só água, é água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, que é o lixo. Os problemas que nós temos em Porto Alegre, com os contêineres, eles mostram que a gestão privada não é tão competente como se vende.

Investimentos realizados, o DMAE deu mostras quando fez a gestão do Programa Integrado Socioambiental, os recursos que foram investidos. Então isso evidencia que o problema é de gestão. Investimentos eles existem, a captação mesmo, a capacidade de (Ininteligível.) do DMAE é diferente do

Município, apesar de que a lei de responsabilidade ela nivela e coloca isso como obstáculo, mas é importante entender também que mesmo a concessão, o recurso que vai financiar, não só o serviço, mas a lucratividade do parceiro privado, ele só tem uma origem, que é o consumidor e usuário, por isso que a tarifa acaba subindo para remunerar o sistema financeiro que está por trás disso. Precarizar e desmontar para privatizar, isso tem algumas questões, alguns marcos que são importantes. O Conselho de Representantes Sindicais do DMAE, ele já entrou com aproximadamente umas dez representações no Ministério Público de Contas, explicando bem, agora nós temos recentemente um apontamento do Tribunal de Contas e reflete muito aquilo que o Cores-DMAE e o próprio Simpa alertam há muito tempo.

A realidade do DMAE é alvo da CPI, as indicações políticas e o que isso pode trazer de implicações, apesar de que tem um boicote, mesmo com convocações, alguns não comparecem. É o que eu falei antes, o apontamento do Tribunal de Contas, que pega todos os gestores, diretores, com algum levantamento prévio, que os prejuízos ao erário e da enchente podem chegar a R\$ 8 bilhões, e além das multas, provavelmente vai ter que... O CPF desses gestores vai ter que ressarcir o erário com esse montante, então é muito importante que a gestão seja pública e com responsabilidade.

Investimentos, o Pisa, que é o socioambiental, R\$ 1,5 bilhões, valores atualizados.

E quanto aos investimentos. Na verdade, eu coordenei a parte do esgotamento sanitário no PMSB de 2015, e as grandes áreas de expansão do saneamento básico são afeitas ao parcelamento do solo. A legislação brasileira é muito clara, a responsabilidade pela infraestrutura é do ente privado que está fazendo o loteamento ou outro empreendimento. Então, muitos desses recursos que colocam como se fosse responsabilidade do DMAE, na verdade, é do ente privado que vai fazer o investimento em loteamentos ou outras áreas de expansão. E os números, considerando o que eu falei anteriormente em relação ao próprio, à solução individual, eles não são esses números que são levantados.

Então, desvendando os números com a universalização, a necessidade formada pela Prefeitura de R\$ 900 milhões, ou outros investimentos pelo DMAE de R\$ 484 milhões que existem em recursos garantidos, seja através do PAC ou outros financiamentos. Então, a capacidade, hoje, garantida de investimentos, ela é muito superior e não aqueles números que foram apresentados.

Os desafios em esgotamento sanitário, como eu falei antes, considerando as soluções individuais, que elas estão na lei de saneamento e elas não foram modificadas pelo novo marco legal. Então, os percentuais que nós temos hoje, está muito próximos de atingir, dentro do que prevê a legislação, o percentual previsto para 2033, apesar de que já existe no Congresso um *lobby* muito forte para que essa data passe para 2040, mas, com certeza, não é pressão das concessionárias públicas, isso provavelmente é uma pressão do setor privado, que não vai conseguir atender à data do novo marco legal. E os investimentos já contratados pelo DMAE, que são R\$ 120 milhões para implantação de redes coletoras, que é o PAC, Humaitá e Anchieta, e R\$ 8 milhões para recuperação da ETA Sarandi.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Um minuto.

SR. ADRIANO REINHEIMER: Em relação à drenagem também, os desafios e necessidades, é importante lembrar que o DEP foi extinto em 2017, passou para duas secretarias, uma foi conduzida por dois vereadores na época, não conseguiram atender, entregaram quase 12 mil protocolos de serviços pendentes para o DMAE. O DMAE assumiu em 2019, depois assumiu em 2021, e o que se viu ultimamente são recursos que são oriundos da água e do esgoto para a drenagem, que isso também o novo marco legal veda. Mas, mesmo assim, os recursos já garantidos pelo PAC para atender a essa importante demanda, eles são altíssimos, e o DMAE está fazendo essa condução.

Nós temos as casas de bombas, os lotes.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Para concluir.

SR. ADRIANO REINHEIMER: O Edson conclui depois a questão que vai faltar, mas os investimentos em drenagem são importantíssimos, aqui, principalmente na Zona Sul. Tem o Plano Diretor de Drenagem Urbana, que atende as 28 bacias de Porto Alegre, e eles definem claramente onde devem ser investidos os recursos para a drenagem. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sr. Adriano, representante do Simpa. Vou passar a palavra agora para o vereador Giovani Culau e Coletivo. O deputado Miguel Rossetto, está por aí? Se o senhor quiser fazer o uso da palavra também, depois. Está ok?

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, vereador. Cumprimento toda a Mesa, em especial, cumprimentar todos os moradores e moradoras aqui do Extremo-Sul. Eu me atrasei um pouco, Sr. Jorge, para chegar até aqui, mas essa é a audiência que eu não podia faltar. Não podia faltar porque, na eleição de 2024, pela primeira vez eu fui eleito vereador nessa cidade, e, apesar, deputado Miguel Rossetto, de ter uma votação espalhada pela cidade inteira, foi aqui no Extremo-Sul que nós tivemos a nossa maior votação, Rita. E eu preciso dar satisfações a vocês. E, no caso, aqui o que eu preciso, em especial, é dizer as razões, Sr. Vieira, pelas quais eu sou contra essa proposta de concessão que eu chamo pelo nome que penso que deve ser chamada, que é uma proposta de privatização da água na nossa cidade. A primeira razão, Zoé, pela qual eu sou contrário, é que não está sendo discutida uma ameaça real que a concessão e a privatização significam, que é a ameaça do aumento do custo da tarifa. A tarifa da cidade pode ficar mais cara com a privatização e com a concessão, pelas razões que foram apresentadas pelo companheiro do Cores, mas porque, pela proposta da Prefeitura, a desintegração do serviço, de captação de um lado e de distribuição do outro, pode fazer com que a água fique mais cara. Para além disso, conceder ou privatizar o DMAE significa abrir mão do controle público, Denison. E nós temos um exemplo muito ruim perto de nós,

que é o caso da CEEE, Equatorial. Hoje, quando a gente fica sem luz nas nossas casas, nós não sabemos para quem recorrer. O próprio prefeito de Porto Alegre, em momentos difíceis da nossa cidade, quando nós vivemos eventos climáticos extremos, teve como única saída, diante do desabastecimento de água, teve como única saída reclamar nas redes sociais, porque a verdade é que os proprietários da CEEE Equatorial, sequer do Rio Grande do Sul, são.

Uma outra questão, que é o terceiro motivo que eu preciso compartilhar com vocês, é que não é verdadeira a ideia de que o privado é melhor que o público, necessariamente. E uma prova disso nós já vivemos na nossa cidade. Muitos e muitas de nós têm recebido a conta de água mais cara, cobranças abusivas de conta d'água. E isso começou a acontecer quando a Prefeitura decidiu terceirizar a leitura do relógio das nossas casas. O privado não conseguiu ler o relógio das nossas casas melhor do que o DMAE conseguia fazer a leitura. Esse processo de terceirização fez mal. Nós precisamos estar profundamente conscientes que nos últimos anos, Sr. Jorge, o DMAE sofreu um processo de desmonte, e não sou eu que estou dizendo isso, que sou um vereador de oposição. Esse processo de desmonte foi apontado pelo Tribunal de Contas do Estado. Hoje o DMAE tem algo em torno de mil trabalhadores e trabalhadoras. Quando poderia ter algo em torno de três mil. E esses trabalhadores e trabalhadoras que não estão sendo nomeados, isso é o que dificulta a garantia de um atendimento de qualidade. Nós, na CPI, eu sou integrante da CPI que está investigando o desmonte do DMAE, nós estamos investigando um esquema de corrupção que pode ter significado propina de R\$ 500 mil para antigos dirigentes, diretores presidentes da autarquia. Esse processo de desmonte fez mal ao DMAE e faz mal à cidade. Mas nós que estamos aqui no Extremo-Sul de Porto Alegre temos uma questão em especial, vereador, a discutir. Nos últimos anos, a Prefeitura investiu milhões e milhões no sistema de abastecimento de água da Ponta do Arado, que ainda não foi entregue, ainda não foi inaugurada. Mas a forma como o projeto de lei foi apresentado na Câmara permite que essa concessão entregue de bandeja para a iniciativa privada uma obra que recebeu milhões e milhões de investimentos

públicos dos impostos dos cidadãos dessa cidade. Esse é um elemento grave que diz, tem relação especial a nós que moramos aqui no Extremo-Sul.

E não é verdade, gente, para encerrar, que a única saída é a privatização. Na verdade, eles sucateiam o serviço público para dizer que o único caminho é a privatização, mas isso não é verdade. Quando a empresa privada assume um serviço público, sabe o que é geralmente a primeira coisa que essa empresa privada faz? Recorrer a um banco público para fazer empréstimo, para fazer as obras que precisam ser executadas. Eu quero dizer para vocês que, sem dúvida alguma, Porto Alegre precisa de muitas obras para garantir com que chegue a água de qualidade para o Beco do Buda, para que a gente não sofra com os alagamentos. Mas a própria Prefeitura e o DMAE têm capacidade financeira de contratar empréstimos que sejam necessários para a execução desses serviços e dessas obras. A Rita me chamou a atenção, parte dos empréstimos contratados pela Prefeitura para reconstruir a cidade pós-enchente esqueceu o Extremo-Sul da cidade. E por isso nós fizemos uma emenda para tentar, e fomos derrotados lá na votação do PPA...

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Para concluir.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): ...para reverter essas injustiças. Concluindo, vereador, perfeito, muito obrigado. Digo isso, porque é possível construir outros caminhos. Muito obrigado, gente, e, da minha parte, contem com o mandato Coletivo para defender o DMAE e a água pública. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Ver. Giovanni Culau e Coletivo. Agora nós vamos chamar o representante aqui da comunidade que se identifica contra o projeto. O Sr. Jorge Mendes, da Associação dos Moradores do Bairro Lageado e delegado do OP. A gente pede que, tem que falar aqui na frente, quando iniciar, por gentileza, falar o nome aqui para ficar registado nas Notas Taquigráficas, por gentileza.

SR. JORGE LUIS MENDES: Meu nome é Jorge Luis Mendes, sou representante e delegado do Orçamento Participativo, representando o Bairro Lageado, Associação dos Moradores do Bairro Lageado. Bom, gente, concessão é pior do que privatização, e eu vou dar um exemplo bem claro. Quando aconteceu agora a enchente, a Fraport, que é a empresa concessionária do aeroporto, simplesmente omitiu-se de toda e qualquer obra dentro do aeroporto. O argumento utilizado por eles foi de que nós não somos proprietários do aeroporto, nós somos concedentes. Então, se hoje a gente tem o aeroporto funcionando, agradeça aos R\$ 350 milhões disponibilizados pelo governo federal, porque a concessão não deu um tostão para as obras no aeroporto. (Palmas.)

Bom, a primeira coisa, quando você concede um serviço, a primeira coisa a ser vista, qual vai ser a agência reguladora? Nós temos, para eletricidade, temos a Aneel, a Aneel é a agência reguladora. O Estado do Rio Grande do Sul tem a Agergs, é a agência reguladora dos serviços de concessão. Agora eu pergunto: esse projeto fala em alguma agência reguladora? Não, não é? Simplesmente vão entregar o DMAE sem ninguém fiscalizar essa gente? O cara que ganhar vai fazer o que ele quiser. Vai ser aquela coisa, tem um telefone 156 e liga para o 156, opção tal, e acabou. Não existe regulamentação para que esses caras sejam disciplinados.

Bom, Extremo-Sul, vocês viram que, pela fala do engenheiro aqui, a lei permite o esgoto natural. Vocês acham que eles vão botar algum metro de esgoto aqui no Extremo-Sul? Claro que não! Vão usar a lei e dizer: “Não, aqui no Extremo-Sul é natural e pronto.” Nós vamos pagar uma água, com certeza, mais cara, e não teremos um metro de esgoto para nós.

Bom, exemplos; foram citados exemplos aqui, péssimos exemplos de privatização. Eu vou dar o pior deles: a Sabesp em São Paulo. A Sabesp, água cara, de péssima qualidade, continua com aqueles rios todos poluídos; é um horror. A população de São Paulo não suporta a Sabesp, assim como nós aqui não suportamos a Equatorial. E teremos agora uma outra Equatorial na água.

Outro detalhe, terceirização da atividade-fim; aí é que reside o problema. Quantos de vocês não veem um carro da Equatorial chegar, olhar para o poste: “Ah, não é a nossa turma...”, pega e vão embora. Cansado de ver isso, por quê? Porque, infelizmente, eles não têm plano de carreira, é gente que é contratada sem treinamento, gente de salário baixíssimo, qualificação baixa, digo, qualificação profissional, claro, e que não estão nem um pouco dispostos a dar o sangue pela empresa. Então, o que nós temos? Um serviço de péssima qualidade na energia elétrica, que vai, com certeza, vai se transferir para a água.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Um minuto.

SR. JORGE LUIS MENDES: Agora vem o pior de tudo: renúncia fiscal. Este governo acaba, está agora no Tribunal de Contas, está escrito lá, R\$ 380 milhões de renúncia fiscal. Agora eu pergunto para vocês: esses R\$ 380 milhões de renúncia fiscal, mais o dinheiro que o DMAE tem aplicado no mercado financeiro, pelo amor de Deus, isso aí faria, com certeza, esses índices de colocação de rede de esgoto, mas só a receita superaria esse investimento, não precisava nem tirar empréstimo.

Bom, agora vem a cereja do bolo, espero que dê tempo. Gente, a ETA da Ponta do Arado vai ser da empresa concessionária.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Para concluir, Sr. Jorge, para concluir, por gentileza.

SR. JORGE LUIS MENDES: Só mais um minuto, só mais um minuto para concluir. Simplesmente porque o projeto diz assim, ó: “Estações de tratamento a serem construídas e que estejam em construção, vão pertencer à empresa que ganhou a concessão.” Então, a ETA, que nós já gastamos R\$ 90 milhões do dinheiro público, vai passar para a mão da iniciativa privada de graça. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado. Agora nós vamos chamar a Sra. Rosângela Champoski da Silva, da comunidade Loteamento Jardim Floresta Lami.

SRA. ROSÂNGELA SILVEIRA CHAMPOSKI SILVA: Boa noite a todos, boa noite à Mesa, me chamo Rosângela Silveira Champoski da Silva, estou aqui como representação do Loteamento Jardim Floresta, da comunidade, e como consumidora, quero que todos entendam isso. Não tenho todo esse conhecimento político que todos vocês têm, mas, como consumidora, eu tenho conhecimento. E, como consumidora, não estou satisfeita nem um pouco. Tanto como serviço do DMAE, como valores do DMAE, como atendimento do DMAE, quanto à qualidade da água e também quanto à coleta de esgoto. Para mim está tudo péssimo. E sei que como outras pessoas, outras famílias do loteamento, também acham a mesma coisa, ou de outras comunidades.

O meu ponto aqui agora, falando como usuária, eu tive alguns problemas; assim que eu comprei o lugar onde eu moro, tive alguns problemas com a ligação da água. Assim que ligaram a água, a minha conta veio, no primeiro mês, R\$ 3.680,00. Eu disse, gente, eu não tenho nem piscina em casa, tenho um galinheiro com meia dúzia de galinha. Tudo bem. Fui lá. Ficou um ano e três meses em revisão. E as outras contas vindo com juros. Aí o que eu fiz? Voltei lá no mínimo umas dez vezes, e a pessoa me disse: “Foi colocado seu relógio ao contrário.” Eu digo: “Como assim?” “Foi colocado seu relógio ao contrário.” E as outras contas que estão presas? Então, assim, é o que eu disse no começo, eu não tenho conhecimento, mas a minha voz, que eu tenho direito de voz, é de insatisfação geral. Por isso, eu sou a favor. Obrigada e boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sra. Rosângela. Agora nós vamos chamar o Sr. Marcos Aurélio da Silva Fernandes, representando o Jardim das Figueiras.

SR. MARCOS AURÉLIO DA SILVA FERNANDES: Boa noite a todos e todas. Boa noite à Mesa que se dispunha a sair um pouquinho dos seus gabinetes e vir para a luta aqui na comunidade. Sou o Marcos, do Jardim das Figueiras. Tudo bom, Denison? Então, primeiro... Quanto tempo é, por favor? Tá bom.

Primeiro, eu quero parabenizar o povo aqui presente e parabenizar a gestão municipal que teve a ousadia de pensar uma proposta. Ousadia, inovação e, digamos que, perspicácia, porque não é uma coisa muito comum, no Brasil e no mundo, uma proposta arrojada no sentido de que, bom, vamos tocar no patrimônio da humanidade, que é a água. Vamos tocar naquilo que é mais sagrado ainda que a própria energia. E a Petrobras, líder mundial em pesquisas, sabe muito bem o que é energia. Só que eu fico assim pensando: gente, a Prefeitura tem tantos técnicos, tem tantos gestores, o DMAE tem tantos servidores do quadro, não é cargo político, cargo concursado também é um patrimônio. Será, Rossetto, que a gestão municipal não teve a capacidade de administrar o DMAE público, gente? Será que o senhor prefeito, me desculpe, Culau, mas o senhor prefeito não conseguiu ter a capacidade de administrar a Carris centenária de Porto Alegre, gente? Estamos hoje aqui com a empresa de Viamão tomando conta da Carris, que venderam a troco de banana, me desculpe, mas só de ônibus de linha, de garagem, disso e daquilo, de história. A história da cidade, a nossa história. Aí entrega de mão beijada, porque não teve... “Ah, mas tem que privatizar”, mas não teve capacidade. Me desculpe, vereador, todos são eleitos, mas não teve. E agora o DMAE. Gente, olha o que a cidade de Porto Alegre viveu na enchente, o povo não aprendeu, a gestão não aprendeu. Olha o que foi a pandemia para as pessoas se ligarem que deixem a politicagem para lá e vamos ser homens, vamos honrar a comunidade, vamos honrar a história da coisa, gente. Agora estão brincando com a água. O que vai ser de nós se a luz já está o que está? Eu ligava antes para a CEEE, diziam, olha, o problema é esse, tem uma equipe e tal, ora, qualquer coisa, estamos aí. Agora você liga para a CEEE, é 0800, não sei o quê, é Inteligência Artificial. Imagina a água. Imagina o que vai ser. Então, não é, porque tem que privatizar, porque vai melhorar, porque não sei o quê. Daí vai lá e pede dinheiro para o

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, para a Caixa Federal, para o Banco do Brasil. “Ah, mas tem que pedir dinheiro para investir, para não sei o quê.” Mas então qual é a capacidade que a empresa tem para tomar conta de um patrimônio, dizer o que vai fazer e não faz nada. Ainda pedir dinheiro para o governo que tanto criticam, seja quem for o governo. Agora o DMAE não tem condições, será, de fazer um investimento? Não tem gestão para isso? Então, gente, olha, isso é uma coisa muito séria. Se a senhorinha lá, que tem aqui no Lageado, tem gente que tem água de pipa, porque não tem. E será que vai resolver esse problema? Vai resolver o problema da falta d'água da amiga lá, do saneamento? Para ti, na Vila Nova lá, Elisa, vai resolver o problema? Espera deitada. Temos exemplo disso no Brasil, já foi falado aqui. Temos exemplo disso no mundo. E, assim, para concluir, que mundo a gente quer deixar para o nosso filho, para o nosso neto, para o povo. A água não é minha, não é sua. O vereador, eu vou às vezes à Câmara lá e escuto cada coisa de vereadores – não é, Culau? – que tu chegas assim, meu Deus, isso não pode ser verdade. Ofensas, assim, terríveis. Não é um debate, claro, como o Culau, como outros colegas. É uma coisa absurda. Então, gente, não se trata de defender o partido XYZ, se trata de defender o maior patrimônio da humanidade, que é a água. Não vamos ser ingênuos com isso, está certo? Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sr. Marcos. Vamos chamar mais uma moradora do bairro aqui, Dona Odete Maria Viero.

SRA. ODETE MARIA VIERO: Eu sou Odete Viero, eu sou funcionária do DMAE, aposentada desde 2019, mas eu estou falando aqui como moradora do bairro, porque eu moro há 32 anos nesse bairro. E, além do que o Adriano falou, eu vou contar uma pequena história pessoal para agregar no que eles falaram, e o senhor falou muito bem. Falou a diferença da privatização e da concessão. Falaste muito bem. Eu sou engenheira civil e trabalhei 30 anos no DMAE, e, quando eu trabalhava no DMAE, eu fui convidada a falar pelo DMAE ao México,

à Cidade do México; à Córdoba, na Espanha e Suíça. Tudo pago por eles, pagaram a passagem, a estadia e a alimentação. Eu falo isso não é para me vangloriar, é para a questão de que o europeu não vai rasgar dinheiro, não vai botar dinheiro onde não deve, onde não é factível, entendeu? Ele botou, só eles botaram dinheiro, porque era verdade o que eu falava. Eu falava em nome do DMAE. E, no prefeito Marchezan, começou o sucateamento do DMAE. O Marchezan e os dois Melos sucatearam de vez o DMAE. E agora é muito fácil as pessoas implorarem pela privatização do DMAE, porque está sucateado, tem 1/3 dos funcionários que deveria ter. E se for privatizado, a água vai ser dez vezes pior do que a energia elétrica, vai ser muito pior. E todo mundo sabe que mora aqui nesse bairro, sabe que depois que foi privatizada a CEEE, que se tornou Equatorial, é só dar uma virada de vento e corta a iluminação. E se tornou muitos dias para retomar a luz. Eu já fiquei quatro dias sem luz na minha casa. E isso não tem o que fazer. Não tem a quem recorrer. A privatização do DMAE vai na contramão da história. Aqui, Buenos Aires reestatizou a água, e eu visitei o prédio da água em Buenos Aires, depois que foi reestatizado. Todas as cidades do mundo principais foram reestatizadas. Por que o DMAE inventou a roda agora?

E, para concluir, quando a gente teve a questão dos celulares, se torna muito feio ver nos postes vários fios pendurados. E a água é um monopólio, a água é um monopólio, não pode ser privatizada. O que vai... Vão cruzar dois canos na frente da tua casa? Não. Vai se tornar uma coisa factiva...

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Dona Odete, preciso que a senhora conclua.

SRA. ODETE MARIA VIERO: Tudo bem. É isso.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Dona Odete. Agora eu vou chamar o Sr. Denison Mello, da Comissão dos Moradores da Ponta Grossa.

SR. DENISON MELLO: Pessoal, boa noite a todos. Mais uma vez aqui, saúdo a todos os moradores, os vizinhos, as lideranças que aqui se encontram hoje, pois somos nós que estamos na ponta, levando demanda aos vereadores, levando demanda aos secretários, levando demanda ao DMAE, que sabemos da dificuldade e o quão difícil é lidar com o DMAE, com poucos servidores que há atualmente. A moça acabou de falar: um terço do quadro que era antes do DMAE, para atender toda Porto Alegre, que é uma capital, uma das maiores do País, é inviável, não tem como. Está aqui um dos servidores, o Maurício Melo, todos os dias eu demando coisas a ele, todos os dias, mesmo. Então eu vim aqui hoje para poder entender um pouquinho dessa concessão, que é a proposta do governo de Porto Alegre. Infelizmente eu também me atrasei, assim como o Ver. Culau se atrasou, não consegui chegar a tempo da explicação, mas escutando os demais colegas, as demais lideranças, e eu também, por ser uma voz ativa atualmente, eu tenho medo, sinceramente, eu tenho medo, até me reporto à Mesa agora, que a Prefeitura perca o controle, que nós, lideranças, que os próprios vereadores percam o controle dessa concessão. Sinceramente, eu tenho medo. Eu tenho vontade, muita vontade que o DMAE consiga atender todas as demandas de Porto Alegre e que consiga atender o Extremo-Sul, que é a maior área em território de Porto Alegre e automaticamente a mais deficiente. Nós temos comunidades aqui no Extremo-Sul, aqui pertinho de nós, como Saibreira e Beco do Buda, onde é terrível. Tanto quando chove, quanto no verão, que o pessoal sofre com a falta d'água ou com aquela água salobra, com cheiro forte. Mais uma vez, eu vim aqui para poder aprender um pouquinho com os demais, mas eu tenho a vontade, sincera, sincera mesmo, de que o DMAE contratasse servidores, continuasse público e que nós pudéssemos ter o controle sobre a demanda. Equatorial, mesma coisa. O Seu Jorge citou a Equatorial, melhor exemplo impossível. Bate uma árvore, começa a bater na rua, já vem aquela coisa: "Vai faltar luz, vai cair o poste que está pendurado por um cabo de energia". Então, é isso que eu tenho a dizer para vocês aqui hoje: eu tenho medo, e, automaticamente, eu tenho vontade de aprender, de conhecer um pouco mais sobre esse projeto. Nós temos que ter a mente aberta, sim, mas uma palavra

muito legal é “gestor” – gestor do município. Acredito que devemos ter alguma outra situação, a não ser essa concessão, principalmente essa que vai levar décadas. Essa é a vontade de um líder comunitário humilde, que custou para vir aqui hoje, pois eu não podia deixar de ver esse projeto de concessão e esboçar a minha vontade de melhora do DMAE.

Outra coisa, ao longo desses anos, sentamos à mesa com o Alexandre Garcia. O Alexandre Garcia falou que a Ponta Grossa está abaixo do nível do manancial, então era um diretor que não sabia o que falava. Esse recado é para ti, Alexandre Garcia. Sentamos à mesa com Maurício Loss, foi um divisor de águas, pessoa maravilhosa... (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) Pessoa maravilhosa, de alto gabarito, em todas as redes sociais que eu vi, não teve uma reclamação contra ele, foi um divisor de águas, inclusive para o Extremo-Sul. Está aqui a Zoé, que não me deixa mentir, ele andou nas ruas aqui, coisa que jamais foi vista, e aconteceu, deixamos muita coisa engatilhada. Na semana passada, eu bati à porta do Coronel, na última sexta-feira, do secretário, sim, Gelson, cinco horas da tarde, pois recebi um áudio que, infelizmente, todas as batalhas que travamos ao longo desses últimos anos, o DMAE vai dar uma segurada. Por isso que eu vim aqui agora, estou triste após isso, pois era para a gente estar voando para outro patamar, mas, infelizmente, devido a essa concessão, está tudo parado. Por isso nós precisamos saber o que fazer, secretário, certo? É inadmissível aquele áudio...

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Para concluir.

SR. DENISON MELLO: Só um pouquinho. É inadmissível aquele áudio que eu recebi, que o serviço vai parar. É inadmissível, por isso eu solicitei audiência com o Sr. Prefeito também, e lamento não termos mais representantes como diretor ou o próprio prefeito Melo aqui hoje conosco. Lamento muito. E aqui eu deixo meu boa noite mais uma vez, galera, como eu acabei de falar: o vereador não sabe o que acontece na nossa comunidade, igual aquele ditado, “somente o

dono da casa sabe onde estão as goteiras”. Vocês sabem onde está doendo o calo, então a gente precisa esgotar se a gente...

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Denison.

SR. DENISON MELLO: Muito obrigado.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Agora nós vamos chamar a Sra. Cristina Salomão e o Sr. Caio Salomão, nós vamos abrir uma exceção, pediram os dois para falar, mas são cinco minutos entre os dois. Por gentileza, cinco minutos – cumprir, senão eu vou ter que cortar, está bom? Obrigado.

SRA. CRISTINA SALOMÃO: Boa noite a todos, eu sou a Cristina.

SR. CAIO SALOMÃO: Eu sou o Caio.

SRA. CRISTINA SALOMÃO: A gente é morador aqui de Belém Novo, a gente faz parte de um coletivo que se chama Caos. Quero dar boa noite a todos, boa noite à Mesa, obrigada pela oportunidade de a gente poder estar falando aqui também a nossa opinião, isso é muito importante, ter esse espaço para que a comunidade se manifeste, coisa que às vezes não acontece. Então, quero parabenizar a Odete, que é a minha vizinha, trabalhou 30 anos no DMAE, é uma pessoa que sabe, que entende, que viveu, tem a experiência prática de tudo o que aconteceu, é uma palavra muito importante que a gente tem a ouvir aqui. O Marquinhos, o Nelson, o Jorge, todo mundo aqui que se manifestou contra a privatização, queria agradecer.

A gente separou alguns tópicos bem importantes e bem óbvios, que eu acho que às vezes as pessoas não se dão conta. A água é um direito fundamental, é garantida pela ONU. É um direito fundamental, pessoal. Como é que vai se privatizar um direito fundamental? É inviável isso, vocês entendem? A gestão pública tem o dever de garantir esse direito fundamental, e uma empresa privada

não vai ter essa obrigação. Esse já é o primeiro e mais importante problema que a gente vai ter que enfrentar. E o controle? O DMAE público, a gente vai ter o controle social dos vereadores, da comunidade; e uma empresa privada, quem é que controla? Quando falta luz, para quem a gente vai reclamar?

SR. CAIO SALOMÃO: A empresa privada não tem o dever de zelar pelo nosso bem-estar, pelo bem-estar da comunidade.

SRA. CRISTINA SALOMÃO: O DMAE, como a Odete bem trouxe também, é uma empresa renomada no mundo inteiro. O serviço do DMAE, assim como o serviço dos Correios, já foi dos melhores do mundo. E o que está acontecendo? Por que está tão ruim? É óbvio que esse sucateamento que você mesmo trouxe, Odete, por experienciar, por viver lá e por saber o que está acontecendo, é de propósito, sim! Não está sendo investido o que deveria estar sendo investido, por isso que a gente não tem água, falta água, falta estrutura. E a gente escuta isso dos próprios funcionários do DMAE. Esse é outro aspecto muito importante. Também a soberania e a segurança hídrica, em que, manter o controle público garante que decisões sobre captação, tratamento e distribuição estejam alinhadas ao interesse coletivo e não ao de uma empresa privada. Tem muita coisa por trás disso. Também, outra coisa importante, nós estamos indo contra o que está acontecendo no mundo, no mundo está acontecendo a reestatização e não privatização.

Fecharam os meus dois minutos? Agora vou passar um pouco aqui a palavra ao Caio, que também vai falar, como jovem, o Caio tem 19 anos. Nós somos moradores do bairro há 21 anos, aqui de Belém Novo, e a gente está vendo tudo isso acontecer e está também querendo que a voz dos jovens seja ouvida.

SR. CAIO SALOMÃO: E aí, gente? Eu vou aproveitar aqui que já está acabando o nosso tempo, vou falar rapidão. Então, é o seguinte, eu queria ressaltar um negócio que o Giovani, nosso amigão aqui, falou, que é sobre a terceirização da galera que vai checar o relógio d'água, que isso está resultando no aumento das

nossas contas d'água. (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) É o seguinte, esse gesto não é só uma questão de descaso com a nossa comunidade, na verdade, é um sucateamento que está rolando para fazer a gente acreditar que a melhor solução é a privatização, porque isso beneficia quem está no poder! Porque, na verdade, se a gente olhar além da superfície, além de toda essa questão política que está rolando, que está uma loucura em todo o mundo, a gente tem que pensar que a água é vida, a gente está aqui agora por causa da água, a gente está aqui porque esse é um recurso essencial para a nossa existência. E a gente vai deixar isso escorrer pelas nossas mãos, literalmente? A gente vai abandonar o que nos torna tão magnífico num universo infinito? Ou a gente vai tentar lutar e enfrentar quem quer vender a nossa água, quer vender a nossa vida? Então eu espero que todo mundo que esteja aqui entenda que é vital a nossa luta por manter o DMAE estatizado. Muito obrigado.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sra. Cristina e Caio. Agora eu vou chamar a senhora Inácia Silveira dos Santos Paiva, delegada do OP, que se inscreveu como a favor aqui. Cinco minutos.

SRA. INÁCIA SILVEIRA DOS SANTOS PAIVA: Boa noite a todos; boa noite à Mesa e aos representantes do DMAE. O meu nome é Inácia, sou representante do Orçamento Participativo, do OP, sou delegada do Parque Jardim. Eu gostaria de perguntar para a Mesa, para o DMAE, como é que vai ficar esse problema das nossas contas de água, que temos já exorbitante? Como é que vai ficar também a nossa situação das faltas de água, do problema da água também? Aqui no Belém é terrível, mas nós lá na extrema, no Lami, que há um problema também. E eu queria saber o que é que vai ser feito para solucionar os problemas que já temos, que são crônicos aqui? Então, eu acho uma coisa terrível nós ficarmos hoje pensando, quando for privatizado isso, que nós vamos ter que tipo de serviço, se nós hoje temos um serviço que já tem uma certa debilidade, por “n” situações, e hoje, nesses últimos tempos, depois que falaram da privatização, ficou caótico, que a conta de água veio lá em cima, coisa que nunca veio. A

minha água veio quase R\$ 500,00 – nunca veio isso. Eles não fazem a medida correta, não vinha ninguém, de repente, eles vieram lá do meio da rua, lá no outro canto, lá fizeram a medida. Gente, isso é um absurdo. Uma pessoa que paga cento e poucos de água, pagar R\$ 500,00, e depois, no outro mês, 300 e pouco, é uma coisa louca isso, e se tratando do salário mínimo. Então, nós temos esse problema, que acho que todos devem ter tido esse problema aqui no Extremo-Sul. Não pode isso acontecer. E daí vocês vêm me dizer que, privatizando, vai estar tudo *ok*, tudo melhor. Gostaria que me dissessem qual foi a melhora da CEEE, que agora é Equatorial. Qual foi a melhora, quando foi feita a privatização da CEEE? O que aconteceu de melhor? Nada! Gente, como é que nós, o DMAE, vamos privatizar a água? Coisa que é primordial na vida da gente, do ser humano: a água. Não tem como ser privatizado isso. Como é que vai ser de alguém ter a posse da água para dar para alguém... Então nós vamos voltar lá... Para quem não assistiu, olhem aquele desenho que tinha, que é – a Zoé daqui a um pouquinho vai começar a assistir – o desenho que o cara vendia, as pessoas morriam de sede, e ele dava assim, gotinhas por gotinhas. E ele tinha um galão de água grande, gigante, que era dali que ele tirava a gotinha de água para dar para cada um dos moradores. E daí chegou um dia que um se levantou lá contra ele e veio e derrubou tudo aquilo e foi descobrir que ele tinha um manancial de água e ele fazia aquela privatização, que era aquilo ali, aquela gotinha para cada um. E todos da cidade, todos do local, morrendo de sede, morrendo de tudo. E era só da aguinha.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. INÁCIA SILVEIRA DOS SANTOS PAIVA: Rango, isso, que bom. Então, gente, isso é um absurdo. Olhem o desenho do Rango, vai ser a mesma situação. Então eu passo para vocês, se vocês não olharam ainda o desenho do Rango, vocês vão ver que é a mesma situação. Eu acho assim, o que vai ser de nós com o DMAE privatizado? Vamos virar um Rango da vida? É triste isso. É a água. A água é coisa primordial. Temos que ter a nossa água, nada de

privatizado, nada de alguém ser dono disso. A água é para todos nós, qualquer um pode chegar ali e ter. Então, eu estou falando isso.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Ela se inscreveu como favorável aqui.

SRA. INÁCIA SILVEIRA DOS SANTOS PAIVA: Mas, gente, é impossível. Eu estou colocando “n” situações para vocês verem, entenderem que a coisa está caótica, é caótica. Como é que vamos privatizar uma coisa que é um bem nosso, de todo ser humano? É a água. Então, agradeço a todos. Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Dona Inácia. Agora, a Sra. Zoé da Silva Pereira. Escreveu também que é favorável aqui. Cinco minutos.

SRA. ZOÉ DA SILVA PEREIRA: Boa noite a todos. Sou conselheira do Extremo-Sul, do Orçamento Participativo. Eu me inscrevi a favor porque só tem vaga a favor, pessoal. Então, a gente tem que usar... Não tem ninguém a favor, a gente vai usar a favor. E como eu tenho várias dúvidas, e eu quero ver se alguém vai me calar. Porque, se eu tenho dúvida, eu não sou nem a favor, nem contra, eu não vou tirar a vaga dos cinco contras que queriam falar para fazer minhas perguntas aqui. Então, eu não tinha uma lista dos que não sabem o seu lugar ainda, se são a favor ou contra. Deveria ter.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Vou dar um intervalo, vou repor o seu tempo. Nós estamos na 13ª audiência, a regra foi essa o tempo todo. Vamos seguir a regra. Vou repor o seu tempo, pode continuar.

SRA. ZOÉ DA SILVA PEREIRA: Ok. Então, eu sigo a regra. Então, vamos lá, pessoal. Primeiro, eu queria perguntar, cadê o Ver. Gilson Padeiro? O vereador do bairro. Não está aqui. Assembleia do Orçamento Participativo, puxando o saco do prefeito, ele estava aqui, do ladinho. Eu estava sentada também ao lado do prefeito, sou conselheira do Orçamento Participativo, sou apoiadora do

governo, porque eu acho que a gente tem que trabalhar com quem está eleito lá. E o que me traz aqui como dúvida... A Equatorial, para mim, fez muita diferença, porque eu ganhei luz, eu nunca tive luz. Quando a Equatorial entrou lá no Beco da Lavagem, lá no Boa Vista, a gente ganhou luz, a gente ganhou iluminação pública, o tráfico foi embora, tudo porque entrou luz. Isso eu tenho que dizer que melhorou. E eu queria muito que a água melhorasse também, porque a gente não tem esgoto. E eu mandei dinheiro pelo Orçamento Participativo para o esgoto. O Maurício, que era o diretor, o Loss, maravilhoso, fez várias caminhadas, aceitou vários projetos, várias iniciativas, levou a água para a Central das Bikes, via Orçamento Participativo, e aí agora trocou e parece que as coisas morreram. E se privatizar, como é que vão ficar essas obras que a gente demandou pelo Orçamento Participativo? O que vai acontecer? Esse é um grande ponto de interrogação aqui para me dizer se eu sou a favor ou contra. Porque vocês precisam me dar munção para me dizer que sou a favor. O que vai agregar de melhor na vida dos cidadãos do Extremo-Sul? Vou ter um esgoto melhor, de qualidade, para todos os bairros que nem... Porque a luz eu tenho, mas não é de qualidade, mas eu tenho, já estamos meia-boca. A água, vai parar de faltar água? Porque, pelo amor de Deus, a ETA ia não sei o quê, porque nunca mais ia faltar água. Balela, a água falta horrores aqui. Então, acho que a gente precisa de respostas. Eu gostaria muito de ser convencida aqui que é uma boa essa privatização, terceirização, concessão, sei lá o nome desse troço. E outra coisa também, eu queria que vocês esclarecessem... Vocês começaram sete horas em ponto, eu não consegui pegar o início, né? Porque a gente está no Extremo-Sul de Porto Alegre, então é muito difícil. Inclusive, a gente não tem nem ônibus para vir da extrema para cá, por isso que as pessoas não estão aqui se fazendo presente. A gente precisa pensar sempre na realidade de onde a gente quer fazer audiência pública. Essa audiência deveria ser às 8h da noite, com ônibus para as pessoas virem, que não tem. Então, é fora da realidade vocês aqui, isso aqui não representa um terço. O Extremo-Sul tem oito bairros, está? E é 40% de território de Porto Alegre, e não está aqui representado, porque não tem como chegar aqui. Quem mora na extrema, Inácia, que ela veio no

escolar para vir para cá. Então, eu acho que quando a gente pensa, a gente tem que olhar o território, e não a cidade de Porto Alegre como um saco grande, tudo junto. Eu gostaria que vocês repensassem isso e nos convencessem que é uma boa apoiar vocês, o governo, nessa privatização, terceirização, sei lá. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sra. Zoé. Agora nós vamos chamar o último inscrito, “a favor”, o Sr. Gladimir Moacir, morador do bairro Lageado. Depois nós vamos passar a palavra para o deputado Miguel Rossetto.

SR. GLADIMIR MOACIR: Boa noite, senhoras e senhores, boa noite, Mesa, muito obrigado. Meu nome é Gladimir Moacir, sou do bairro Lageado. Muito obrigado pela oportunidade. Quero externar aos senhores que concessão não é privatização, no meu modo de ver. Eu acho que o Estado tem dificuldade de gerir, o Estado tem uma demanda muito grande de politização nas suas autarquias, nas suas estatais, e para isso, ao invés de pôr técnicos, ela elabora essas empresas com pessoas políticas, não capacitadas. Eu moro há muito tempo aqui, eu recebo água de graça no loteamento que eu vivo, e de lá para cá nada mudou. E esse serviço lá é terceirizado, há muito tempo. Há mais de oito anos que a água que chega lá, através de caminhões-pipa, é água de uma empresa terceirizada. O que é que acontece? O poder público não tem a capacidade de manuseio do serviço, e terceirizou esse serviço na minha região. E está muito bem, obrigado. E nós não temos bola de cristal para fazer uma analogia entre o que acontece com a Equatorial e o que pode vir a acontecer com o DMAE. Ninguém tem bola de cristal. Mas nós sabemos que uma vez nós não tínhamos telefone, eu passei a minha adolescência e juventude sem telefone; e hoje todo mundo tem telefone. Foi quebrado o paradigma...

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Só um minuto. Pessoal, o Sr. Gladimir está falando, quem era da oposição aqui, “contra”, foi ouvido atentamente, com educação. Nós temos um deputado presente, vereadores presentes aqui, a

comunidade presente, então, se o Sr. Gladimir for interrompido, eu vou parar o tempo e vou repor o tempo para ele. Então, por gentileza, sem se manifestar, vamos deixar o Sr. Gladimir fazer o pronunciamento dele. O senhor pode continuar.

SR. GLADIMIR MOACIR: Obrigado, senhor. Então, nós temos que ter discernimento, nós não podemos comparar o que aconteceu com a Equatorial com o DMAE. Não podemos. E temos que ter paciência. Uma coisa é você privatizar e dar errado. Outra coisa é você não permitir que as coisas devam acontecer, porque já temos um precedente que deu errado de uma forma, de uma gestão, que nem sequer houve um debate como está havendo aqui. Entende? O que o governador fez foi unilateral. O que está acontecendo aqui não é de uma forma unilateral. A gestão do prefeito Melo tem tido êxito, tem tido erros. Agora, se faz necessária uma privatização de um serviço que, ao meu ver, não está a contento. Não está a contento. O Estado não tem capacidade de elaborar a parte técnica do DMAE. Sinto muito, é o meu ponto de vista pessoal. Eu acho que o DMAE deve sair das mãos de pessoas que não têm competência para pessoas que têm competência. E outra coisa, a gente não tem como cobrar o DMAE na Justiça, por ele ser uma estatal. E se tiver uma empresa privada, aí sim você pode. A Equatorial está embuchada de processo, está embuchada de conta para pagar, porque todo mundo está processando a Equatorial. A CEEE era impossível, a CEEE era intocável. E isso aí gerou o quê? Onerou o Estado, a CEEE acabou virando um dragão de sete cabeças que o Estado foi obrigado a doar porque não tinha condições de gerir, não tinha condições de pagar a dívida. E aí, o que está acontecendo com o DMAE? O DMAE está com uma grana boa, o DMAE tem um dinheiro guardado. Agora, ele vai botar esse dinheiro onde o gestor público achar adequado. Mas a parte técnica, logística das demandas de água, isso aí o Estado não tem condições de fazer. Não tem. Lá onde eu moro, o caminhão-pipa está lá até hoje. Vai fazer 30 anos e não tem água. Então, essa reflexão aí de privatização, de concessão, nós temos que ter o discernimento e saber o que realmente pode acontecer. Uma vez eu não tinha

telefone, hoje eu tenho. Todo mundo tem, até meu cachorro, se eu quiser eu dou um telefone para ele, ele vai ter uma linha para ele. Então, para finalizar, eu acho que nós temos que fazer uma reflexão, estarmos muito atentos sobre isso, e muito mais do que paixões de que “ah, é porque privatizar a água que é um bem público, blá-blá-blá, blá-blá-blá”, nós temos que dar oportunidade, nós temos que saber que nós votamos e temos que votar nas pessoas certas, que não vão pegar essas autarquias e transformar em cabides de emprego, com pessoas ganhando altos salários e os serviços indo pelo ralo. Há corrupção, há demandas de pessoas públicas no seu benefício próprio, que é o que acontece com o DMAE, que acontecia com a CEEE. Essas próprias agências reguladoras aí, são as agências de pessoas que saem dessas autarquias para serem as agências reguladoras, fica todo mundo ali, um lambendo as botas do outro, e aí no serviço acontece isso aí. Então eu acho que tem que privatizar sim, parcialmente, para a gente ver como é que fica, porque pior do que está não vai ficar.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sr. Gladimir. Eu vou passar a palavra agora para o deputado estadual Miguel Rossetto, por cinco minutos.

SR. MIGUEL ROSSETTO: Boa noite à comunidade, quero saudar o Ver. Ustra, o Ver. Giovani, a representação do DMAE, da Prefeitura, a representação do Simpa aqui presente, cumprimentar todas as lideranças. Eu falo aqui na condição de cidadão de Porto Alegre, morador da nossa cidade, e quero, desde já, dizer da enorme responsabilidade da Câmara de Vereadores, da nossa Câmara de Vereadores, de se manifestar, de se posicionar em relação a este projeto, que obviamente é um dos mais estratégicos e importantes para a nossa cidade, porque fala de um direito fundamental, que é, sim, o direito ao saneamento, à água, enfim, ao tratamento dos resíduos da nossa cidade. Água, saneamento, energia elétrica e internet são bens públicos fundamentais e representam qualidade de vida para todos nós. E falo e trago aqui dois testemunhos, neste debate, que eu tenho procurado acompanhar da melhor forma possível. Primeiro, falo na condição de presidente de uma CPI aprovada

na Assembleia Estadual em relação à CEEE Equatorial. Então, eu, como deputado estadual, presido, a partir de amanhã, todos os senhores e as senhoras estão convidados a acompanhar, a partir das quatro da tarde, nós instalamos na Assembleia Legislativa uma CPI da CEEE Equatorial e da RGE. E por que a Assembleia Legislativa constituiu uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os problemas gravíssimos da oferta ou da falta de oferta de energia elétrica, especialmente da CEEE Equatorial? Porque, infelizmente, a CEEE Equatorial, que assumiu compromissos com uma concessão de um serviço público, não cumpriu com os seus compromissos, não investiu o necessário, não contratou capacidade operacional, não resolveu problemas mínimos – mínimos – que estavam previstos na concessão. Isso é uma experiência que nós temos que compartilhar. E é tão grave a situação da CEEE Equatorial que essas concessões de energia elétrica, gente, elas têm grandes concessões de 20, 30 anos, mas a cada cinco anos elas estabelecem o compromisso de um padrão mínimo de prestação de serviço. Pois, muito bem, nos dois últimos anos, a CEEE Equatorial não conseguiu oferecer os padrões mínimos da concessão. E neste terceiro ano, caso ela não consiga oferecer, ela perde a concessão. O problema disso é o prejuízo enorme à nossa sociedade com tudo aquilo que nós sofremos na nossa capital, em toda essa região. Então eu acho que essa é uma reflexão importante no momento em que escolhas estão sendo feitas. É preciso aprender com outras experiências. Então esse é um testemunho e um convite para que vocês possam acompanhar um trabalho sério, é uma CPI com 12 deputados de vários partidos, que vai investigar as razões por que a concessão de energia elétrica no Rio Grande do Sul é uma das piores do Brasil. E nós queremos, obviamente, ter resposta e colaborar para melhorar esse serviço no nosso Estado.

E o segundo tema, falo rapidamente aqui, é um debate qualificado, respeitoso e importante, eu não acho que o tema é se nós concordamos com tudo que o DMAE faz, o nosso DMAE, ou não. O problema nosso, gente, é fazer uma escolha de futuro. A escolha de futuro e pensarmos qual é a melhor condição de

respondermos aquilo que nós, porto-alegrenses, temos direito e interesse de ter: bom sistema de água, tarifas módicas, sistema de tratamento de esgoto.

E eu quero fazer duas reflexões só: eu acho, vereadores e representação do DMAE, que é um ponto, que é um acordo nacional hoje, e que tem que ser retirado do debate, esse é o debate que nós fizemos lá em relação à Aegea. Não há, em sendo verdadeiros, eu acho que há números muito discrepantes aqui, que têm que ser atualizados. Não é possível ter tamanha discrepância em relação a nível de tratamento de esgoto na nossa cidade. Mas eu quero dar um dado, que é um dado hoje absolutamente aceito: nenhuma concessão, nem a Aegea, assume hoje que tem condições de cumprir o marco estabelecido no novo marco de saneamento. Não tem. Nenhuma concessão vai assegurar 90% de tratamento de esgoto até 2033, ou para Porto Alegre, ou qualquer lugar. Esse não é um tema que deve ser incorporado, na minha opinião, no debate político. Nenhuma companhia. Se isso é uma verdade, eu não tenho nenhuma dúvida, vereadores, que eu colocaria uma cláusula no projeto dizendo que se a concessionária não cumprir a meta de 90%, devolve para o setor público. Não vai fazer. Então retiremos isso do debate. Retiremos isso. Encerro dizendo o seguinte: a minha reflexão e a minha experiência, do que acompanho por aí - vamos pensar num carro -, do ponto de vista de custo, do ponto de vista tributário, com o DMAE, nós temos tecnologia, nós temos conhecimento, nós temos superávit financeiro, nós temos capacidade de responder às necessidades de Porto Alegre. É preciso pensar. E esta é a minha opinião: eu tenho contribuído em diversos fóruns há pouco tempo aqui, e a melhor forma de uma gestão, o melhor modelo de negócio para oferecer esses serviços com qualidade, tarifa adequada, é um sistema público, estatal, bem administrado. Esse é o melhor sistema para responder aos interesses da nossa cidade, aqui de Porto Alegre, a partir das experiências de outras regiões. (Palmas.) Eu, sinceramente, conversei com o prefeito Melo, vereador, e acho que o nosso grande debate é que nós temos um privilégio; nós temos capacidade tecnológica, nós temos uma empresa superavitária, nós temos um conhecimento extraordinário. É um erro estratégico desintegrar essa empresa. O grande debate

que nós devemos estar submetidos, bem como a Câmara de Vereadores, é pensar o que fazer com o DMAE. Eu quero um DMAE bem administrado, tecnicamente, com controle social, por uma razão simples: todo o dinheiro que nós pagamos para o DMAE fica em Porto Alegre. É evidente que num processo de privatização, de concessão, o capital privado que botar dinheiro em Porto Alegre vai tirar parte desse dinheiro como recuperação da taxa de investimento. Então, na minha opinião, duas questões: primeiro, convidar vocês para a CPI da CEEE Equatorial, que nós estaremos instalando amanhã, nós temos que melhorar esse serviço; e, segundo gente, o carro é bom. Às vezes a gente confunde o carro com a qualidade do motorista. Eu acho que o DMAE é um bom carro. (Palmas.) Nós precisamos é ter motoristas qualificados para dirigir esse carro. Parabéns para os vereadores, para todos vocês aqui. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Agora nós vamos passar para as considerações finais, para a representação do Simpa, o senhor Edson, pelo tempo de dez minutos.

SR. EDSON ZOMAR: Boa noite a todos, a todas, fica difícil não ser repetitivo diante de tudo que foi falado aqui, mas é muito importante para que a gente faça uma reflexão. Na verdade, esse debate é importante para quem está presente, mas é importante para o conjunto da cidade. É importante porque a definição do que acontece com o DMAE define os rumos da gestão pública na cidade. E o que tem que ser a gestão pública na cidade? A gente vive em uma sociedade onde tem pessoas que têm uma boa renda, alguns muita renda, outros alguma renda, outros pouca renda e muitos quase nenhuma ou não tendo renda, então, isso significa que ter serviço público em todas as áreas, saneamento, educação, saúde, meio ambiente ou qualquer outra necessidade básica coletiva, é fundamental para garantir a cidadania e a civilidade das pessoas. E a questão do saneamento é o que a gente diz: água é vida, saneamento é saúde. Implica saúde pública, que não é só água; é a questão do tratamento de esgoto, porque o esgoto vai para o rio e volta na captação; é a questão acrescida ao DMAE, que é a questão da drenagem, principalmente com ocupação urbana de áreas

alagadiças; enfim, é uma questão crucial para a cidade. O DMAE já foi, há muitos anos, e dá para se dizer isso, há dez, quinze anos, referência nacional nessa área. Tanto é que, com recursos próprios, mediante, obviamente, captação por parte da Prefeitura, captou o recurso necessário para fazer o Pisa, que é esse tratamento de esgoto que tem na Serraria, para onde é trazido uma boa parcela do esgoto da cidade. E esse projeto poderia ter sido ampliado, como no Sarandi, por exemplo, onde faltou redes que levassem até a ampliação da ETE, que, casualmente, há um ano, foi inundada, ficou parada por mais de um ano, e recentemente começaram algumas obras para fazer manutenção para voltar a funcionar. Aí eu fico pensando, quando se fala na questão da preocupação com o esgoto: se deixou, mesmo tendo um processo legal de calamidade pública, uma estação de esgoto parada, que só foi retomada a partir de um processo de denúncia que a gente fez sobre isso aí. Porque ninguém gosta de pensar, mas a água e o esgoto é um ciclo. Quando se fala, então, que nós precisamos de R\$ 3 bilhões, e que o parceiro privado vai investir R\$ 3 bilhões, não é verdade isso. Porque o parceiro privado, e um de seus sócios, por exemplo, o Banco Itaú, que é sócio da Aegea, não vai usar o seu dinheiro; vai captar recursos do BNDES, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com 4, 5 anos de carência, com juros baixíssimos, para pagar com o valor de outorga. Passa a captar recursos já no outro mês, sendo que começa a pagar daqui a 4, 5 anos, e quando começar a pagar, já vai ter feito caixa. Todo mundo sabe aqui que nenhuma empresa, ela faz benevolência, ela faz filantropia. Qualquer empresa entra no negócio para ganhar dinheiro. Então, o serviço público, ele existe, como eu falei no início, para atender às demandas básicas do cidadão, da cidadã, em todas as suas áreas e, nesse caso, o saneamento. A empresa privada tem como objetivo lucrar em cima de uma demanda, de uma necessidade. Quando o Executivo abre mão do seu poder de ingerência, de fazer política, de implementar a política de garantia da cidadania através da existência do serviço público, ele está se abstendo disso e passa, sim, a ser refém de um contrato. E esses contratos são draconianos, com todas as garantias ao parceiro privado. Nós não conhecemos, em nível nacional, e, quiçá, muito pouco em nível

internacional, o parceiro privado ser punido. Está aí o exemplo da Thames Water, em Londres, a primeira empresa a ser entregue ao parceiro privado. Se fazia propaganda que se pescava no rio Tâmis, agora tem esgoto de novo. Por que? Porque o parceiro privado, no caso, que vai ser o mesmo que vai ser aqui, utilizou o dinheiro que era para ser feito em investimento e manutenção para pagar dividendos para os seus acionistas, ou seja, para os sócios da empresa, para os sócios do empreendimento. Aí eu fico pensando assim: se nós temos um órgão que foi de ponta, que ainda funciona, apesar de toda a precarização, ainda pulsa, por que não tomar a decisão de retirar esse projeto, e a Prefeitura diretamente apresentar ao BNDES um pedido de recurso para manter e aprimorar o DMAE público, estatal, com garantia de qualidade, sem o custo de dividendo, sem o custo de imposto, sem o custo de encargo social? Por que não fazer isso? Por que fazer com que a população, que o conjunto da cidade, tenha todo um sofrimento? Que é o caso que está acontecendo agora, com a queda de qualidade, na expectativa de que, quando for feito um leilão com o parceiro privado... E aí pode acontecer um fato histórico em Porto Alegre; Porto Alegre pode ser a primeira cidade refém, do Brasil inteiro, de uma mesma tomada e de uma mesma torneira. Porque assim como na Equatorial não tem duas tomadas, no DMAE não vai haver duas torneiras. Portanto, não é mercado, é monopólio privado. Ou seja, a cidade fica refém. “Ah, vai ficar uma parte do DMAE...” Na verdade, o nome correto seria amputação do DMAE, público, porque fica a captação da água e o tratamento, que vai ter só um comprador amarrado em contrato, que é o parceiro privado, chamado Aegea ou Equatorial, por 35 anos, onde vai estar garantido no contrato que vai haver uma remuneração de dividendos, apesar de tudo e com tudo que aconteça. E vai vender, certamente, a água a preço subsidiado. Por que? Porque as dívidas e o passivo que o DMAE tem hoje, público, o parceiro privado não vai arcar, porque ao parceiro privado interessa o bônus, o ônus fica com o público. Então, vai pesar nas contas da Prefeitura isso aí. Vai ficar com a folha de pagamento, com os inativos, com todas as dívidas. E por que vai se fazer isso, se a gente poderia simplesmente sustar esse processo e fazer o grande debate de empoderar o DMAE, ou seja,

chamar os funcionários aprovados em concursos? A própria questão da revisão de contas tem a ver com isso aí, por exemplo. A demora do DMAE em atender não é porque ele é público... Porque a gente não pode fazer análise do DMAE como se fosse um ente à parte da Prefeitura. O DMAE está subordinado à lógica de gestão que tem a Prefeitura. Portanto, a questão é esta: devolver a autonomia do DMAE - como a gente mesmo diz: Prefeito Melo, deixe o DMAE trabalhar -, e delegação junto ao BNDES, não para tratar estudo, para ver como é que faz para entregar para o parceiro privado, mas, sim, como é que faz para entregar o DMAE à população, no sentido de trabalhar para a população de Porto Alegre. Que é para isso que o DMAE foi criado. E não se trata de uma questão política partidária e conservadora, embora talvez até se possa ouvir novamente um áudio aqui; seja qual for o partido ou o que for, o Simpa tem orgulho de defender o serviço público. E continuaremos defendendo o serviço público. Por que? Porque é necessário para garantir a qualidade de vida e a dignidade da população de Porto Alegre. Então, não adianta um áudio dizer que em tal partido, em tal Estado, isso, aquilo. Porque a gente defende o serviço público em Porto Alegre, ou em qualquer lugar, porque ele é necessário. E os exemplos citados aqui, a gente poderia citar outros mais, é que não funciona. O próprio governador de São Paulo disse, agora, que não dá para renovar com a Enel, porque não funciona, que é a Equatorial de lá, entende? Com a Aegea é a mesma coisa, com a Sabesp é a mesma coisa. E, assim, a gente vai vendo. A Aegea, no interior, os comentários, os noticiários que saem em relação à questão... Então, nada disso funciona. Ou seja, serviço público não é um negócio privado, serviço público, como o próprio nome diz, não é um negócio, é uma prestação, é o atendimento de uma necessidade; enquanto o negócio privado usa da necessidade para explorar e ganhar dinheiro. Então, não tem como ser mais barato. Ou alguém aqui acha que o parceiro, entre aspas, Aegea ou Equatorial, vai trabalhar durante 35 anos sem querer lucrar para a população? Não vai. Vai trabalhar 35 anos para ganhar dinheiro às custas da população. Essa que é a verdade. E se a gente não precisa fazer isso, para que fazer isso? Então, como já foi colocado na outra reunião, coloco novamente, da forma mais respeitosa,

que o governo faça uma reflexão. Na vida a gente toma um caminho. Se nesse caminho a gente percebe que ele não é o mais adequado - e a gente tem ouvido isso em todas as audiências públicas, e tenho certeza que se ouvir a população como todo vai se ouvir a mesma coisa - se retira isso. Vamos fazer parceria com a população, como dizia o prefeito João Dib, que era da Arena, na época, do PDS, do PPB, e que dizia o quê? Parceria se faz com a população e não com empresa privada. Isso nos disse até 2017/2018, através da sua participação em atividades nossas. Portanto, não há sentido nessa discussão. O que a gente tinha que estar discutindo agora é o que fazer de imediato, a partir de amanhã, com a decisão do prefeito. Retirem esse projeto porque, na verdade, ele não é um projeto em si, porque ele só pede autorização, uma espécie de carta em branco. Uma carta em branco para projeto que tem que ser feito ainda? Tem que ser ajustado certamente conversando, dialogando com parceiro ou com os parceiros. Na verdade, nós temos de ter como parceiro a população de Porto Alegre. Então, para nós, o que é fundamental neste momento é essa reflexão que o conjunto dos que estão aqui, que a Mesa que está aqui faça reflexão sobre isso.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Um minuto.

SR. EDSON ZOMAR: Qual é a necessidade que nós temos de impor à população de Porto Alegre uma situação de ficar refém, de sofrer uma série de consequências de saúde pública, de custo, de problemas, quando a gente tem em mãos a capacidade de resolver e deixar de fazer com que ele aconteça, ou seja, de retomar aquilo que já tínhamos no passado e de aprimorar. E, como foi citado aqui, todo mundo sabe, quem acompanha a situação, que não vai ser cumprido o marco regulatório até 2033. Não tem como, mesmo que tivesse projeto aprovado hoje, que teria de se parar a cidade com obras, entende? Isso não se conseguiria fazer um dia para o outro. Então não é verdade isso. A verdade é só uma: não tem como aquilo que não visa ao lucro custar mais que aquilo que visa o lucro. Ou seja, o serviço quando não é um negócio privado, o

DMAE é um patrimônio de Porto Alegre há 63 anos, e é possível, sim, que esse debate e a essa reflexão feitos com a população mobilizada, com a Câmara de Vereadores e com uma reflexão do Executivo Municipal, que se mantenha o DMAE público, estatal. E, dessa forma, o interesse público e a saúde de Porto Alegre vão ser mantidas e com custo muito menor no sentido financeiro e de saúde pública do que com parceiro privado, que vai utilizar dessa necessidade para criar e constituir dividendos para os seus acionistas. Portanto, não à concessão, à privatização do DMAE, porque concessão nada mais é do que uma privatização facilitada. (Palmas.)

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado, Sr. Edson, representante do Simpa. Agora, pelo tempo do governo, concluindo por 10 minutos.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Bom, novamente, aproveitar para agradecer a presença de todos. Cumprimentar igualmente todos que participaram desta audiência; novamente, o Ver. Ustra, pela condução dos trabalhos; Ver. Giovani Culau; deputado Miguel Rossetto; os membros representantes do Simpa; o secretário Gelson. E, trazer um pouco mais, refrisar algumas questões que eu sei que algumas pessoas tiveram por “n” razões, acabaram chegando e já tínhamos apresenta os principais pontos, mas eu acho que é importante a gente reforçar algumas coisas, não é? Muito discutimos sobre: é concessão, é privatização, é isso, é aquilo. Eu tenho uma opinião que digo com bastante lastro jurídico, poderia dizer nesse sentido e nós temos institutos bastante diferentes. Mas não entremos então nessas considerações sobre o que é privatização, o que é concessão. Eu posso dizer que a proposta aqui que é refletida nesse projeto de lei trata de uma contratação de obras e serviços. E quais são essas obras e serviços, não é? São obras de expansão da rede de esgotamento sanitário, são obras necessárias para a distribuição de água sem intermitência. Então, são obras para atacarmos os principais problemas que nós temos hoje no saneamento básico e especialmente falando de esgotamento sanitário e distribuição de água. É disso que trata a concessão

parcial dos serviços de saneamento básico do município de Porto Alegre. É nesse sentido que eu procuro, da forma mais simples possível, dizer para os senhores: é uma licitação, uma contratação pública que trata da contratação de obras e serviços. Então o DMAE permanece responsável pelo serviço de captação, tratamento de água, vende essa água para uma concessionária que distribui essa água e presta o serviço de esgotamento sanitário. Permanece também com o DMAE toda parte de drenagem urbana. Esse seria o reflexo da celebração da concessão que se sugere, que se propõe através desse projeto de lei. Mas eu diria mais, o projeto de lei não trata tão somente de trazer essa autorização da concessão, até porque a autorização já é disposta em lei federal. Então do que trata o projeto de lei? Ele trata, sim, de trazer texto legal, que hoje não existe. Então ele veda a concessão do serviço de captação e tratamento. Ninguém está falando de entregar a água a um parceiro privado e ele é dono da água. Não, a gente está falando que contrata um terceiro que vai prestar esgotamento sanitário e vai distribuir água. A captação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: O caso do Arado é captação e tratamento de água, não... A proposta que nós tratamos aqui... Não, não é conceder captação e tratamento de água, perfeito? Da mesma forma, valor de tarifa, tarifa social não há qualquer repercussão da concessão sobre esses termos. A tarifa, no município de Porto Alegre, é regulada pela Lei Complementar nº 170. O projeto de lei não altera essa lei. Não altera a Lei Complementar nº 170. Para se mexer no valor da tarifa da água e do esgoto de Porto Alegre, tem que ser alterar a Lei Complementar nº 170. E aqui isso não está sendo proposto. Da mesma forma tarifa social. Tarifa social, além de prevista na Lei Complementar nº 170, também é insculpida em lei federal, a Lei nº 14.898, de 2024. Então também não temos qualquer repercussão sobre isso.

Pois bem, agência reguladora. Uma das pessoas – e aqui me perdoe, não tenho...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: O primeiro a falar, não é, Sr. Jorge? Ele menciona que não temos agência reguladora. De fato, a agência reguladora é uma obrigação, uma condição para celebração de qualquer contrato de concessão ou ainda para publicação de um edital de concessão. O Município vem ultimando as tratativas celebração de contrato com a Agergs, que deve ser constituída agência reguladora do Município. Mas independentemente de qualquer concessão ou qualquer outra questão relacionada a isso, o Município precisa, sim, contratar um agente regulador. Então, em uma concessão, para além da agência reguladora, nós teremos, sim, um DMAE forte e atuante, e o Município que fiscalizará, será o gestor da execução desse contrato. Então é disso que a gente fala, a gente não fala aqui de entregar ou repassar, transferir permanentemente a água, o esgoto ou qualquer outro serviço de saneamento básico permanentemente a um terceiro. Não é disso que falamos.

Pois bem, agradeço novamente a atenção de todos, me coloco à disposição. Eu sei que a Zoé, por exemplo, tinha algumas questões específicas, e a gente fica à disposição para trazer qualquer esclarecimento que se faça necessário. Passo aqui ao secretário Gelson Guarda, para trazer suas considerações finais. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. GELSON GUARDA: Nós agradecemos a cada um dos senhores e das senhoras. Dizer que o intuito sempre foi trazer para as comunidades a discussão como foi dito aqui. Esa discussão não precisava existir, mas o prefeito, como sempre foi, como é da característica dele, tanto na parceria com a Câmara de Vereadores, estamos aqui ouvindo e levando aquilo que a comunidade tem para nos dizer. Mas, para terminar com relação à concessão, privatização, eu gostaria que vocês ouvissem só um audiazinho, não sei se o áudio vai ficar audível, mas por favor, prestem atenção:

– “O governo tem preconceito com quem produz, o governo tem preconceito com a iniciativa privada, não é verdade. Se tem um governo que dialoga com o setor produtivo brasileiro, é o governo do Presidente Lula. Tanto é que o ano de 2024, como foi também 2007 no governo do Presidente Lula, nós tivemos o maior volume de concessões da história do Brasil em 24. Concessões de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás, minas e energia, então assim, isso tudo tem gerado riquezas e oportunidades para o povo brasileiro.

– Muito bem, nós conversamos com o ministro Sílvio Costa Filho de portos e aeroportos. Muito obrigado, ministro, por sua entrevista aqui.”

Muito obrigado. Obrigado às autoridades, deputado, vereadores. E, amanhã, teremos outra aqui na Restinga. Para quem quiser, convidamos para comparecer amanhã nova... Sabemos que as pessoas que vão estar lá serão as mesmas, mas a gente insiste que nós estamos ouvindo, sim, a comunidade. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

PRESIDENTE CORONEL USTRA (PL): Obrigado a todos. Mais uma vez, gostaria de agradecer, em nome da Câmara de Vereadores, principalmente a presença da população, que fez uso da palavra, retirada de dúvidas e demais questionamentos. E agradecer muito ao CTG Lanceiros da Zona Sul, na pessoa do Sr. Airton de Oliveira, por ter cedido gentilmente as instalações do CTG para realização desta audiência pública; a todas as autoridades presentes do governo, do Simpa, deputado estadual Miguel Rossetto, Ver. Giovani Culau e Coletivo e toda equipe da Câmara de Vereadores de Porto Alegre que participou desta audiência pública. A próxima audiência na quinta-feira, na região noroeste, dia 21 de agosto, quinta-feira, Igreja Nossa Senhora de Fátima, na Rua Napoleão Laureano, sem número. Será presidida pelo Ver. Ramiro Rosário. A todos meu muito obrigado, uma boa noite e até a próxima.

(Encerra-se a reunião às 20h54min.)



Texto sem revisão